

## Os Últimos Momentos dos Holandeses no Brasil

Rômulo Xavier

Segundo Charles Boxer<sup>1</sup>, nas investidas holandesas contra Portugal e Espanha, “As presas incluíam o cravo-da-Índia e as noz-moscadas da Molucas, a canela do Ceilão, a pimenta de Malabar, a prata do México, Peru e Japão, o ouro da Guiné e Monomotapa, o açúcar do Brasil e os escravos negros da África Ocidental”. Por essa observação, tomamos ciência do lugar que ocupa o açúcar no conjunto de interesses econômicos neerlandeses tanto no oriente como no ocidente. Se possível, serem bem sucedidos em todos estes lugares, o que não fora de todo exequível.

Mesmo quando a conquista, no caso do Brasil, pareceu se consolidar, sempre as dúvidas e os conflitos entre aqueles que governavam (os Senhores da Companhia da Índias ocidentais) entravam em jogo. Sobre tudo na fase final da permanência holandesa no Brasil, quando a reação luso-brasileira através de operações militares se tornaram freqüentes e exigindo um gasto maior por parte dos neerlandeses com tropas e material bélico, aí se deu um momento em que foi prudente uma atitude mais diplomática holandesa. Logo, já sem Luanda e dominando, a essa altura, o as técnicas do fabrico de açúcar, de que valeria manter o nordeste dominado?

Evidentemente, não caberá a esta análise encontrar uma resposta para esta indagação. Entretanto, justifica-se a mesma enquanto problematização para um debate sobre os últimos anos da administração neerlandesa do Brasil.

As ambições holandesas quer na Ásia, África ou América, dava, grande modo, uma perspectiva de mundo e abrangência aos homens das Repúblicas Neerlandesas que ousaram lidar com sociedades de formações históricas diferentes das suas. Seria difícil não acreditar que esses “homens do além mar holandês” não pensassem nos prós e nos contras caso optassem por permanecer até as últimas pólvoras no Brasil. Como indica uma carta<sup>2</sup> do governo holandês no Brasil datada de 28 de março de 1652, ou seja, dois anos antes da rendição deles em 1654,

“Não se sabe mais até quando se pode governar...e que, mesmo ainda sendo executadas as ordens, estipula-se uma despedida (ontslagen)”.

Quer dizer, mais se está para a saída do que mesmo para a permanência. Assim, dois anos antes de deixarem o Brasil, os problemas da permanência faz com que os holandeses presumam uma capitulação por vir.

Evaldo Cabral de Mello<sup>3</sup> descreve bem o próprio dissenso entre os holandeses que queriam e os que não queriam essa permanência. Evidentemente, entrava em juízo da Companhia das Índias Ocidentais as crises de produção do açúcar, os prejuízos que as freqüente guerras por defesa causavam aos acionistas da Companhia, somando-se a isto a possibilidade de se produzir o açúcar em outras terras de mais fácil defesa. Ademais, como fora dito, a Companhia já estava sem Luanda (grande centro fornecedor de escravos) e, no dizer de um cronista, “Sem negros não há açúcar e sem açúcar não há Brasil”.

Logo, não apenas não vêem mais sentido na permanência como, por essa mesma razão, não se pode explicar a saída dos holandeses do Brasil pelos episódios pontuais das batalhas dos Guararapes. Esta não foi a primeira nem a última batalha na corrida pelo monopólio do comércio *manu militare* no mundo colonial do século XVII. Luanda, Chile, Cartagena, Molucas e a costa do Malabar foram, além do Brasil, possibilidades na política ultramarina batava.

Entretanto, sem irmos muito distante, mas ainda no calor dos últimos momentos dos holandeses no Brasil, podemos admitir que a concessão de crédito<sup>4</sup> fosse um artifício cogitado pelos neerlandeses para atrair aliados luso-

---

<sup>1</sup> BOXER, Charles. O Império Marítimo Português. Págs 120 e 121.

<sup>2</sup> Briven Uit Brasilien (Cartas do Brasil) destinada ao Conselho dos XIX. Microfilme 27. Caixa 21.

<sup>3</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil.

<sup>4</sup> Um nótulen do mês de abril de 1652 revela esta intenção. (Coleção José Higyno)

brasileiros. Nesse sentido, tal qual aconteceu durante o governo de Maurício de Nassau entre os anos de 1637 e 1644, a concessão de crédito foi cogitada já por volta de 1652.. Agora, todavia, não com o objetivo primeiro de retomar a produção do açúcar, mas de restabelecer aliados que a situação beligerante exigia. O que não significa dizer que não fosse importante o restabelecimento de tal produção, mesmo porque o aumento da produção seria um importante móvel econômico da conquista, mas a demora do traslado de tropas da Europa para o Brasil implicaria num gasto logístico ainda maior. Restava a tentativa de se engrossar o efetivo *in loco*.

Ratificando o peso do açúcar no provimento da guerra, poderíamos tomar como exemplo uma correspondência<sup>5</sup> do mestre de campo Francisco Barreto de Menezes ao Conselho Ultramarino informando sobre o estado em que se encontrava o Recife, ainda sob o domínio batavo em agosto de 1652, na qual se lê

“falta de tudo o necessário em que se achem os holandeses que estão no Recife de Pernambuco e como vão fugindo de pouco em pouco, em razão de se lhes não acudir de Olanda com socorros de gente e mantimentos por causa das guerras em que de presente se achem embarassados com o patrulhamento de Inglaterra (...), Acrescentando de novo que assim para este provimento como a saca dos assucares/sem a qual não se pode sustentar aquella guerra; (...), Que será conveniente conceder Vsa Majestade licença a todas as embarcações pequenas que arme-a em munições e mantimentos e quiserem ir a Pernambuco“.

Torna-se perceptível, por essas palavras que, sem o açúcar, a guerra não se torna sustentável para os holandeses tanto no Brasil como na Europa contra os ingleses. Ora, sabendo disso, não é de se admirar que os luso-brasileiros não aceitassem de bom grado o crédito que se lhes pudessem ser concedido pelos holandeses. Desta forma, sem a tal aceitação, não existiria açúcar para os holandeses e, sem este produto, mais difícil se tornaria a guerra.

O contexto era outro daquele do período nassoviano. Em 1652, aceitar o crédito significaria, para os portugueses, a derrocada. Seria entregar o ouro, ou melhor, o açúcar, ao “bandido”.Portanto, este instrumento de incentivo a produção, que tanto caracterizou as práticas econômicas holandesas e que fez com que as mesmas tivesse, pelo menos sob o ponto de vista da historiografia tradicional, um caráter moderno frente a outros países da Europa Ocidental, não significou nada em si mesmo. Para Portugal, a conjuntura deste momento foi mais forte que a “tentação” do crédito.

O ano de 1652, nesta conjuntura, aparece como um ano de agonia, de incertezas e tentativas de administrar uma terra que talvez já não mais interessasse. É preciso salientar que esta administração não existiu desconexa e sim em relação e sim em relação aos planos e prioridades da política da Companhia no atlântico sul. Convém acrescentar que, á essa altura, empreendiam os holandeses enfrentamentos contra os ingleses na conhecida guerra anglo-neerlandesa .

No Brasil, contra os neerlandeses, foram significativas as surpresas da “guerra de mato”, típico da guerrilha em associação aos desfechos diplomáticos já a mercê do jogo diplomático no Velho Mundo .Mais uma vez, aqui se coloca a necessidade de se compreender os dois lados do Atlântico .

Nos últimos enfrentamentos contra os luso-brasileiros não foram desassistidos os holandeses por um contingente indígena (brasilianen) e qualquer grande ou pequena querela em que se metessem. Não são raras as *brieven* (cartas) nas quais aparecem mencionada a presença de indígenas junto ao exército da WIC em pequenas e grandes razias.

---

<sup>5</sup> “Sobre o que escreveu o mestre de campo geral Francisco Barreto de Menezes em razão dos holandeses do Recife de Pernambuco estarem faltos de gente e socorros. Lisboa, 29/08/1658. AHU. Códice 15. Folha 10.

Retomando-se a questão do crédito, tem-se como aceita por grande parte da historiografia tradicional brasileira que o sucesso nassoviano tenha existido, grande modo, por causa da utilização deste instrumento no incremento a produção de açúcar. Há, nisso tudo, uma “natural” associação da figura do conde Maurício de Nassau e a aplicação deste recurso administrativo .

Ao invés desta “natural associação”, a prática da concessão de créditos poderia ser vista num quadro maior, ou seja, na própria política administrativa da Companhia das Índias Ocidentais. O fato dela ter vingado na administração de Nassau não fez do mesmo um brilhante administrador assim como, em 1652, o fracasso dessa mesma política não quis dizer inabilidade do Conselho Político . Para os últimos anos, a conjuntura havia sido injusta à administração neerlandesa .

Há que se repensar essa polaridade entre “sucesso” do governo nassoviano e “fracasso” da administração da Companhia após a saída dele em 1644. Tal pensamento engessa uma visão mais crítica e, conseqüentemente, menos reducionista dessas duas fases da administração neerlandesa no Brasil.

Essa perspectiva reducionista ganhou corpo, no Brasil, principalmente no século XIX, período em que se quis forjar um sentimento de nacionalidade às custas de um suposto “apego” de Nassau à América portuguesa, como também às custas da Restauração pernambucana, episódio em que negros, brancos e índios se “uniram” na expulsão do inimigo estrangeiro . Eis, segundo Capistrano de Capistrano de Abreu, o momento embrionário de nossa nacionalidade.

De volta aos últimos anos, precisamente ao ano de 1653, temos, numa conversa entre dois neerlandeses, um natural de Haia e o outro de Middelburgh, , um retrospecto da atuação da Companhia das Índias Ocidentais no atlântico sul quando um deles afirma que:

“Alguns acharam que, ao fundar-se a Companhia, o contato com as Altas Potências visasse apenas causar dano ao inimigo em todos os pontos do mar, e se ocuparia apenas, para base naval, o Recife, no Brasil, a ilha de São Tomé de Angola e uma pequena ilha das Caraíbas, para conter e pilhar o inimigo, o que seria menos dispendioso e traria mais vantagens do que ocupar permanentemente estes países”.<sup>6</sup>

Dito isto, se percebe a dimensão geográfica e estratégica combinada da política da Companhia das Índias Ocidentais para o atlântico sul da qual não só o Recife foi um ponto como também Nassau foi um administrador. Certamente, a intenção deste em trazer colonos holandeses para o Brasil e incentivar a pequena propriedade tenha desagradado a política da Companhia de diminuição de gastos. Desta forma, a adoção do crédito por Nassau foi um vetor à favor da macro política da WIC. O mesmo não se pode afirmar quanto a fixação de “raízes”.

O desenrolar da situação holandesa no Brasil nos últimos anos se deu em meio às tensões externas e internas. A partir da guerra contra a Inglaterra, a Holanda se curvou à necessidade de negociar, panorama este minuciosamente descrito por Evaldo C. de Mello<sup>7</sup>. Por volta de 1652, todo o quadro de negociações que envolvia a Inglaterra, Portugal e os Países Baixos compunham um quase inextrincável labirinto diplomático que, se por um lado, poderia influenciar nos destinos da *conquesten* neerlandesa , por outro, não paralisou o andamento da administração batava no Brasil. Assim, as tensões de “dentro” não necessariamente esperariam o desfecho do contencioso militar e diplomático que caracterizavam as tensões “de fora”. A administração tinha que prosseguir.

---

<sup>6</sup> “Conferência sobre as Índias Ocidentais: Em que se trata dos negócios destas regiões e de como podem ser resolvidos com vantagens gerais e de forma mais conveniente os interesses da Companhia .” Trata-se de um diálogo entre dois cidadãos neerlandeses. Editora Giordano . 1999. Pág.43.

<sup>7</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil. Capítulo VII.